

“As mães de ontem e de hoje”: o discurso puericultor e a educação das mulheres nas páginas dos jornais *A Notícia* (1935-1937) e *O Apóstolo* (1937-1948)

Bianca Wollenschllager Teixeira*

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Ismael Gonçalves Alves**

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Recebido em: 30 set. 2024

Aprovado em: 08 maio 2025

Publicado em: 30 abril 2026

* Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: biancateixeira199718@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-1931-5407>

 <http://lattes.cnpq.br/7462607655151665>

** Professor Titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná; Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina; graduado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: iga@unesc.net

 <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>

 <http://lattes.cnpq.br/2373397395028076>

Resumo

Este estudo propõe a uma análise da presença do discurso puericultor nos jornais *A Notícia* (1935-1937) e *O Apóstolo* (1937-1948) em Santa Catarina, explorando a divulgação desse discurso pela imprensa e sua interação entre religião e puericultura. O objetivo é compreender como esses jornais e a igreja contribuíram para disseminar o discurso médico normativo, aliando o ideal de maternidade católico com aquele promovido pela puericultura. Revistas femininas e jornais desempenharam papéis fundamentais na propagação do discurso puericultor, colaborando na construção de um ideal de maternidade. Ao analisar essas, a pesquisa busca entender como o discurso médico delineou e silenciou tradições populares, resultando no surgimento da figura “mãe cientista”. Adicionalmente, examina-se como o discurso médico divulgado na imprensa catarinense se alinhou aos preceitos religiosos. Este estudo visa não apenas compreender a influência do discurso puericultor na formação da maternidade, mas também lançar luz sobre a interação complexa entre medicina, imprensa e religião na construção desses ideais no contexto histórico analisado.

Palavras-chave: Puericultura. Maternidade. Imprensa. Jornais. Gênero.

“Mothers of yesterday and today”: the childcare discourse and women’s education in the pages of the newspapers *A Notícia* (1935–1937) and *O Apóstolo* (1937–1948)

Bianca Wollenschllager Teixeira*

University of the Extreme South of Santa Catarina
Criciúma, Santa Catarina, Brazil

Ismael Gonçalves Alves**

University of the Extreme South of Santa Catarina
Criciúma, Santa Catarina, Brazil

Received: 30th Sept. 2024

Approved: 08th May 2025

Published: 30th Apr. 2026

* Master's candidate in Socioeconomic Development at the University of the Extreme South of Santa Catarina. BA in History from the University of the Extreme South of Santa Catarina. Email: biancateixeira199718@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-1931-5407>

 <http://lattes.cnpq.br/7462607655151665>

** Full Professor at the University of the Extreme South of Santa Catarina. PhD in History from the Federal University of Paraná; MA in History from the State University of Santa Catarina; BA in History from the University of the Extreme South of Santa Catarina. Email: iga@unesb.net

 <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>

 <http://lattes.cnpq.br/2373397395028076>

Abstract

This study proposes an analysis of the presence of the childcare discourse in the newspapers *A Notícia* (1935-1937) and *O Apóstolo* (1937-1948) in Santa Catarina, exploring the dissemination of this discourse by the press and the interaction between religion and childcare. The aim is to understand how these newspapers and the church contributed to spreading the medical discourse, investigating the similarities between the Catholic ideal of motherhood and that promoted by childcare. Women's magazines and newspapers played fundamental roles in propagating the childcare discourse, contributing to the construction of an ideal of motherhood. By analyzing the articles published in these periodicals, the research seeks to understand how the medical discourse shaped and silenced popular traditions, resulting in the emergence of the "scientist mother" figure. Additionally, it examines how the medical discourse disseminated in the Santa Catarina press aligned with religious precepts. This study aims not only to understand the influence of the childcare discourse on the formation of motherhood but also to shed light on the complex interaction between medicine, the press, and religion in shaping these ideals in the historical context analyzed.

Keywords: Childcare. Motherhood. Press. Newspapers. Gender.

Introdução

A puericultura compreende uma área da medicina e da saúde que se dedica ao cuidado e à orientação, abrangendo o desenvolvimento e a saúde de crianças e mães desde o nascimento até a adolescência, com foco nos primeiros anos de vida do bebê. Suas práticas e orientações visam garantir o bem-estar físico, emocional e social das crianças, enquanto também oferecem suporte e informações aos pais ou responsáveis. No entanto, sua análise histórica revela uma questão paradoxal: embora seu significado objetivo seja assegurar o bem-estar da mãe e do bebê, há uma face intencional e ideológica, muitas vezes encoberta pela pretensão de neutralidade e imparcialidade do discurso puericultor.

As intencionalidades e as tensões presentes no discurso puericultor são os balizadores dessa pesquisa, especialmente no que diz respeito ao ideal de maternidade e à culpabilização das mães. Apesar do discurso puericultor ter mudado ao longo do tempo, afastando-se de seus métodos iniciais, as políticas assistenciais relacionadas à maternidade têm outros objetivos. Com a considerável redução da mortalidade infantil, a abordagem contra doenças e maus cuidados se manifesta de maneira diferente, por meio de discursos que buscam moralizar a maternidade e, por conseguinte, a infância. Isso ocorre porque a culpabilização materna já está profundamente enraizada na sociedade. Na contemporaneidade, observa-se debates intensos em torno da figura da mulher/mãe, especialmente impulsionados por forças conservadoras que emergem e se reorganizam em torno do conceito da mulher e mãe ideal. Essas forças ressignificam preceitos puericultores carregados de intencionalidades e tensões, tornando a puericultura um tema fundamental para a análise e reflexão da noção de feminilidade e maternidade.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a presença do discurso puericultor nos jornais *A Notícia* (1935-1937) e *O Apóstolo* (1937-1948) de Santa Catarina, investigando como esse discurso foi divulgado pela imprensa e qual foi o alinhamento entre religião e puericultura. Buscou-se compreender como os jornais e a igreja contribuíram para a disseminação do discurso médico, e como o ideal de maternidade católico se assemelhava ao ideal de mãe promovido pelos discursos médicos. O primeiro, possivelmente, foi influenciado pelo segundo na formação de uma maternidade científica. Revistas femininas e jornais desempenharam papéis significativos na propagação do discurso puericultor, contribuindo para a construção de um ideal de maternidade. Assim, ao analisar as reportagens veiculadas nos jornais mencionados, pretende-se compreender como o discurso médico delineou e silenciou tradições populares, promovendo a emergência da figura da mãe cientista. Além disso, buscou-se examinar como o discurso médico divulgado na imprensa catarinense se alinhou ao discurso religioso.

Gênero, Imprensa e História: conexões necessárias para os estudos sobre mulheres

O desenvolvimento da categoria gênero como uma ferramenta de análise fornece indícios reveladores sobre o papel relegado às mulheres nas investigações históricas, muitas vezes caracterizadas por silenciamentos e estereótipos. Assim, a compreensão do gênero como uma categoria de análise e os esforços dedicados à sua afirmação são essenciais para uma compreensão mais aprofundada e para a aplicação efetiva do gênero no campo historiográfico.

A história, enquanto ciência, foi predominantemente dominada por homens, resultando em metodologias e temáticas concebidas por estes e desenvolvidas apenas a partir da sua perspectiva. Nesse contexto, as mulheres foram relegadas a um papel secundário e passivo, tanto na produção de pesquisas históricas quanto na narrativa historiográfica. O feminino foi explorado dentro de estereótipos e confinado a papéis pré-definidos. Segundo Perrot (1988), esses estereótipos se desenvolvem a partir de duas representações de feminino: Eva e Virgem Maria. Dessa forma, as mulheres foram inscritas na história com base nessas personagens, podendo ser representadas como a encarnação de todo o mal ou mães abnegadas.

O movimento feminista pleiteou uma história que abarcasse as mulheres, conferindo-lhes o status de agentes históricos. Contudo, a mera inserção das mulheres na história não as levou ao papel de protagonistas, ao contrário, desvelou problemáticas antes negligenciadas ou impensadas. Destaca-se, por exemplo, a emergência de questões relacionadas à raça e classe, as quais só foram questionadas a partir da categoria mulheres, que demandou categorias e metodologias específicas para lidar com a diversidade de mulheres de diferentes localidades.

O campo História das Mulheres desempenhou um papel histórico crucial ao introduzir novas temáticas, personagens e abordagens para compreender processos históricos antigos, desafiando as metodologias e procedimentos historiográficos tradicionais. Também representou uma significativa contribuição às narrativas históricas, desafiando o sujeito universal profundamente enraizado na historiografia tradicional. No entanto, se anteriormente o sujeito universal foi concebido como o homem, a introdução a categoria mulher também trouxe desafios. Conforme observado por Pedro (2005, p. 83), as feministas buscaram utilizar a palavra "mulheres" como uma forma de superar a homogeneização do termo "mulher". Em outras palavras, o sujeito "mulher", ao se tornar universal, não foi capaz de abranger as diversas realidades vivenciadas por mulheres, incluindo as intersecções de classe e raça que invisibilizam sujeitos que enfrentavam outras formas de opressões.

No âmbito das problemáticas emergentes no contexto da história das mulheres, o gênero surgiu como uma categoria de análise, com uma perspectiva renovada e oferecendo um novo prisma para compreender as relações sociais, evidenciando construções que ultrapassam o determinismo biológico. O célebre artigo "Gênero: como uma categoria útil de

análise histórica" é o marco em que Scott (1986) define o gênero enquanto categoria e fundamenta as análises subsequentes. Ao contrário da abordagem adotada na história das mulheres o termo "gênero", não é um substituto para o termo mulheres, uma vez que sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre homens, que um implica o estudo do outro, ou seja, constitui um processo dialógico de reconhecimento das identidades (*Ibidem*, p. 75).

Ainda segundo Scott (1986), uma análise de gênero identifica quatro elementos fundamentais: os símbolos, representações sociais evocadas por meio de discursos ou imagens, como as figuras de Eva e Virgem Maria, por exemplo. Em segundo, as normas, reproduzidas por doutrinas religiosas e leis. Em terceiro, as instituições que legitimam e delimitam o que é ser homem e o que é ser mulher. Por fim, a identidade subjetiva, formada a partir de todos esses elementos por meio da introjeção desses discursos e práticas. Deste modo, os signos inserem-se nas relações sociais, assim como em instituições e leis, atingindo os sujeitos cotidianamente de diversas maneiras. Seja por meio dos discursos médicos, seja pelo simbolismo da maternidade ou até mesmo pelos padrões de beleza. Os corpos das mulheres carregam marcas pré-estabelecidas antes mesmo de seu nascimento, que podem representar violências manifestadas nas formas de perceber o mundo, profundamente enraizadas em nossa sociedade ao ponto em que são tidas como naturais e, por consequência, supostamente imutáveis.

A maternidade, enquanto símbolo, caracteriza-se como um dos pilares nos discursos que constituem a subjetividade feminina. É constantemente evocada como o principal propósito na vida das mulheres, muitas vezes estabelecendo-se como sua única função social. Para sustentar esse pilar discursivo, o amor materno foi difundido como algo inseparável das mulheres, sendo um dos primeiros signos que as atravessa e orienta o curso de suas vidas. Mesmo quando a maternidade não se realiza objetivamente para as mulheres, ela age como uma espécie de espectro, ora dissimulado, ora escancarado, uma vez que as instituições difundem esse discurso e delineiam os espaços de atuação feminino.

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela (Badinter, 1980, p. 202).

Ao identificarmos os arranjos sociais relacionados à maternidade, percebemos as questões de gênero entrelaçando e, ao mesmo tempo, construindo todas as relações sociais. Através das análises de gênero, especialmente na desnaturalização dessas amarras profundamente enraizadas na base da sociedade, revelam-se as complexidades de poder envolvidas nas opressões de gênero. Isso proporciona a oportunidade de transgredir normas pré-estabelecidas e, principalmente, evidenciar sujeitos marginalizados, legitimando

identidades subalternizadas. Da mesma forma, as maneiras de resistência e subversão passam a ser valorizadas e compreendidas nas suas diversas manifestações, incluindo as mais sutis. Como aponta Chartier (1995, p; 42):

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.

O conceito de "fissuras" utilizado pelo autor refere-se às resistências cotidianas engendradas pelas mulheres para escapar de coerções e opressões que as atravessam. Portanto, analisar os discursos médicos relacionados à maternidade sob a perspectiva do gênero é compreender a base da construção de estereótipos e opressões consideradas naturais e imutáveis. Consequentemente, a ideia de maternidade contemporânea é fundamentada nesses discursos.

A formação de mães abnegadas e adeptas aos preceitos médicos não fez parte de um processo passivo das mulheres, houve resistências e ressignificações dentro do discurso. Em outras palavras, foram essas fissuras que, na maioria das vezes, não romperam com as normas estabelecidas, mas contribuíram significativamente para adaptações discursivas e, de certa maneira, para a continuidade de práticas populares. Deste modo, o ideal de maternidade continua sendo remodelado e readaptado, assim como as formas de resistir a esses discursos que ecoam nas relações cotidianas.

O cotidiano, por fugir aos padrões rigorosos dos historiadores, foi negligenciado e silenciado, relegando apenas aos documentos oficiais a credibilidade para conduzir à "verdadeira" história. O surgimento da escola dos *Annales* revolucionou essa abordagem, incorporando novos sujeitos e novas fontes históricas, ampliando assim a compreensão dos processos históricos. No entanto, apesar das divergências internas, os historiadores da escola dos *Annales* compartilhavam a ideia de promover múltiplas interpretações do passado, rejeitando abordagens centradas em grandes homens e grandes feitos. Dessa forma, a oposição que une esses historiadores é, acima de tudo, uma luta contra o paradigma tradicional estabelecido.

O manejo das fontes históricas passou por intensas transformações, que podem ser ilustradas pela analogia de March Bloch (2001, p. 54), "Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça". Se a carne humana representa o principal propósito do historiador, sua relação com os vestígios deixados pela humanidade passou por uma mudança brusca, exigindo novas metodologias e abordagens. Assim como o ogro da lenda não se limita a buscar apenas a atividade humana, o historiador busca levar em conta uma variedade de vestígios e pistas que o conduzam na direção da

atividade humana. Em outras palavras, a compreensão de toda ação humana como histórica resultou no alargamento das fontes. Essa mudança na compreensão das fontes suscitou novas metodologias como, por exemplo, o uso de imagens, que passaram a ser compreendidas não apenas como um complemento da narrativa histórica, mas sim como uma fonte autônoma.

Dessa forma, com a ampliação das fontes históricas, a imprensa passou a ser reconhecida como parte fundamental da narrativa histórica. Ao considerar a imprensa como fonte, os historiadores se depararam com a possibilidade de analisar outros discursos para além dos oficiais, por tal motivo se construiu novas perspectivas e metodologias para análise histórica. A imprensa, em sua essência, é um espaço de tensões e de discursos diversos sobre um mesmo assunto, exigindo que os profissionais da história combinem conhecimentos tradicionais com as notícias veiculadas pela imprensa, as quais frequentemente não se limitam a apresentar apenas os fatos objetivos.

Nesse contexto, a imprensa se torna um espaço frutífero para contradições que impulsionam a narrativa histórica. As intencionalidades por trás dos discursos e as relações de poder exercidas sobre os sujeitos são aspectos de interesse para os historiadores. O trabalho com os discursos sobre o objeto de análise torna-se imprescindível, uma vez que esses discursos moldam identidades e, ao mesmo tempo, podem silenciar.

Levando em consideração essas novas competências, as notícias não podem ser compreendidas apenas dentro das páginas e palavras nelas impressas. "Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento "puro e cristalino" que contenha todas as verdades" (Oliveira, 2011, p. 126). Diante desse cenário, o uso da imprensa pela história representa um espaço permeado por tensões e reflexões, onde os historiadores buscam nas entrelinhas dos textos as nuances que compreendem tanto um tempo histórico quanto um imaginário. Cabe ao profissional decifrar esses elementos e transformá-los em uma narrativa histórica significativa.

As colunas destinadas às mulheres inserem-se na imprensa de maneira singular, uma vez que a própria separação das mulheres como leitoras específicas sugere indícios da sua complexidade. Conforme observa Buitoni (1981, p. 9) "o jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático". Esses discursos propagados pela imprensa exercem poder sobre sujeitos e, no caso das mulheres, refletem estruturas da dominação patriarcal que contribuem para a criação de discursos homogeneizadores, visando a manutenção de certas representações de feminilidade.

A imprensa feminina estruturou-se a partir de elementos como a abnegação, docilidade, passividade e a idealização da maternidade. Apesar de os discursos sobre maternidade violarem saberes populares e as próprias mulheres, foi através deles que a figura materna ganhou mais reconhecimento, permitindo o ingresso das mulheres na vida pública. De acordo com Aras e Marinho (2012), essa valorização conferiu às mulheres uma posição de destaque, especialmente ao incorporarem-se ao mercado de trabalho por meio da assistência. Entretanto, esse processo apresenta uma contradição, já que as mulheres entram na vida

pública através do trabalho de cuidados, baseados na ideia de uma "natureza" feminina. No entanto, ao ingressarem neste espaço de atuação, ampliam suas possibilidades, de certa forma, transgridem ao ocuparem novos espaços no setor público.

Muito além de um espaço de coerção, a imprensa também se revela como um terreno de resistências, confrontos e questionamentos, uma vez que as mulheres identificaram nos periódicos e internalizaram questões, contribuindo para a construção de sua subjetividade. Essa subjetivação ocorre de maneira única, envolvendo resistências internas aos discursos, ao mesmo tempo que os transforma, possibilitando mudanças que desafiam o hegemônico. Isto fica exposto na afirmação de Aras e Marinho (2012, p. 103):

Para as mulheres a imprensa trazia novas oportunidades de expressão e afirmação enquanto sujeitos autônomos. Ao formar opinião pública o jornalismo contribuiu não só para divulgar modelos que corroborassem com a chamada "condição feminina", mas ainda permitiu que elas iniciassem o processo de questionamento do lugar que ocupavam na sociedade, embora o mais certo seja que a intenção fosse moldar comportamentos e não alertar essas mulheres para a posição inferior a que estavam relegadas na sociedade.

Gênero e imprensa entrelaçam-se, fornecendo uma base para análise histórica que permite novas percepções sobre relações e processos previamente examinados. Agora, sob uma nova perspectiva, esses elementos evidenciam redes de poder e construções sociais. Isso mobiliza reflexões sobre subjetividades formadas a partir desses discursos, mas que também os ressignificam, possibilitando resistências internas. Dessa forma, o trabalho dos historiadores torna-se capaz de captar essas nuances e compreender como as amarras de gênero permeiam cotidianamente as relações sociais através das ferramentas midiáticas. Além disso, reflete sobre o papel da imprensa e a sua influência na construção do imaginário social feminino.

Puericultura, maternidade e infância: o discurso médico e a construção do outro

A puericultura surgiu no contexto do nascimento do Estado moderno, vinculando-se à medicina social para normatizar os corpos, especialmente das populações mais pobres e das mulheres. O início do século XX foi um período bastante profícuo para o nascimento deste tipo de método, à medida que o conhecimento médico ganhou legitimidade e se difundiu além dos consultórios, adentrando o âmbito familiar. Nesse cenário, a família tornou-se crucial para o Estado, que, por meio de um discurso moralizador e racional, buscou formar cidadãos aptos para o trabalho.

As análises históricas e a conceitualização da puericultura enfrentaram questões

conflituosas, principalmente devido à perspectiva de alguns médicos que negavam a influência do contexto histórico na sua formação. A via como uma ciência neutra, preocupada apenas com a saúde infantil. A sua história, assim como as narrativas históricas tradicionais, legitimou os médicos como heróis e destacou a validação do conhecimento médico e o combate aos conhecimentos populares. Isso resultou em uma visão apolítica e neutra da puericultura, esvaziando qualquer intencionalidade política e focando apenas em sua aplicação prática e objetiva (Bonilha, 2004, p. 15).

Ao desconstruir a ideia de neutralidade, evidencia-se a aliança entre a puericultura e o sistema capitalista, no qual a medicina busca mitigar os efeitos da desigualdade social inerente ao sistema, encontrando novos culpados, principalmente as mães. Ao apontar culpados, a ciência médica isentou o sistema econômico e social de qualquer responsabilidade, revelando seu caráter intencional e político. A análise desse campo pelas ciências sociais é de grande valor, pois rompe com o discurso que culpa individualmente o sujeito, permitindo o foco em uma das principais mazelas capitalistas, a desigualdade social.

Na modernidade, a preocupação com as crianças e a higiene ganha destaque, personificando-se na atuação médica que se tornou a voz autorizada a interferir na vida cotidiana. A medicina, que surgiu junto ao Estado moderno, passou por diversos processos até se transformar em medicina social. No entanto, a medicina não parte do coletivo para o individual, pelo contrário, ela se torna, no final do século XVIII, uma preocupação da coletividade. A medicina social que se desenvolveu foi, principalmente, a medicina social inglesa, unindo assistência aos pobres, controle da saúde dos trabalhadores e da saúde pública, atendeu aos interesses das classes dominantes e do capitalismo (Foucault, 2001).

Aliada a uma nova sensibilidade em relação à infância, a medicina social viabilizou o surgimento da puericultura, que buscou moldar o futuro da classe trabalhadora e conquistou legitimidade para silenciar os saberes populares. Contudo, a medicina é parte de uma estrutura maior relacionada à governamentalidade do Estado. Embora o Estado sempre tenha tido poder sobre a vida e a morte, utilizando o poder soberano de fazer morrer e deixar viver, houve uma mudança ao longo do século XIX. Essa mudança não exclui o poder soberano, mas o complementa com uma nova forma de poder que podemos chamar de regulamentação, consistindo em fazer viver e deixar morrer (Foucault, 2008). Esse poder não se limita ao indivíduo ou à disciplina, mas se estende a toda a população, tornando-se parte integrante do corpo estatal. A medicina possui uma característica particular, pois "é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores" (*Ibidem*, p. 302).

Assim, o campo de cuidados maternos e infantis funcionou como uma ferramenta biopolítica, exercendo influência sobre os corpos de mulheres e crianças com efeitos reguladores. Seu objetivo era gerir e criar uma infância saudável dentro das normas preestabelecidas. Em primeiro lugar, normatizou as mães, atribuindo-lhes a responsabilidade por todos os cuidados que afetavam a saúde de seus filhos, ao mesmo tempo que legitimava

o saber médico como o único aceitável. No entanto, essa área foi moldada para atender às necessidades do capitalismo emergente, criando sujeitos passivos, saudáveis e aptos para o trabalho, tanto fisicamente quanto psicologicamente.

No contexto brasileiro, a institucionalização da puericultura apresenta características singulares, tendo em vista que a colonização e a multiplicidade de sujeitos são características particulares presentes no território. A partir de 1927, são criadas as leis de assistência e proteção à infância, estabelecendo o primeiro código de menores após intensos embates entre forças políticas e médicos. Estes últimos passaram a advogar pela proteção dos "menores", sendo Arthur Moncorvo Filho o principal defensor dessa perspectiva. Moncorvo Filho, iniciou sua carreira médica quando a pediatria estava se consolidando, publicou diversas obras destacando o que determinou como "problema da infância no Brasil". Ele incessantemente defendeu a criação de políticas públicas para lidar com a pobreza urbana, considerada prejudicial ao desenvolvimento das crianças, exercendo influência em instituições públicas e privadas (Wadsworth, 1999).

Figuras como Moncorvo Filho foram fundamentais para construção da assistência pública e para a transformação da concepção de medicina, tornando-a a única autorizada a orientar as mães. A introdução mais direta da perspectiva masculina na maternagem contribuiu para a formação do ideal de maternidade, uma vez que a voz autorizada era majoritariamente masculina. Isso consolidou a imagem da mãe como obediente e seguidora dos discursos médicos, considerados os únicos legítimos e, portanto, incontestáveis.

O discurso puericultor alcança as mulheres de maneira singular, pois as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas à maternidade, moldando a construção de um ideal de mulher/mãe. Nesse contexto, as mulheres passaram por um processo de culpabilização, seja pelas doenças, seja por qualquer dificuldade enfrentada por seus filhos. Na visão médica, os saberes populares eram vistos como sinônimo de ignorância, teimosia e causadores de todo mal. Este discurso silenciou e culpabilizou tudo que estava à margem, construindo um ideal de maternidade que vinculava a figura da mulher à do filho, considerados bens do Estado que a mãe tinha o dever de gerir e criar de maneira exemplar.

A mulher de ontem e de hoje: relações com a medicina puericultora

As reflexões anteriores levam-nos a ponderar sobre a transformação do papel da mulher na sociedade moderna e como as práticas médicas se integraram ao cotidiano feminino, tornando-se um pré-requisito na educação das mulheres. A racionalidade passou a ser incorporada no ensino, com a ciência, amparando-as, especialmente para a sua suposta principal vocação, a maternidade. Assim, a maternidade deixou de ser apenas um instinto natural para se tornar uma prática científica, unindo ciência e "instinto materno". Essa mudança contribuiu para a concepção de uma maternidade fundamentada na racionalidade científica, vista como a melhor salvaguarda para a vida das mães e dos filhos. Apesar de

próximas, a relação entre maternidade e ciência era hierárquica, ou seja, com as mulheres sendo orientadas a seguir as instruções médicas sem questionamentos, pois a ciência era considerada a voz autorizada a fornecer ordens mascaradas de conselhos. Conforme aponta Ana Paula Vosne Martins (2023, p. 96):

Este trabalho dos cuidados foi historicamente associado à natureza feminina e à maternidade, como se fosse uma ação inerente às qualidades morais e naturais das mulheres. A naturalização do trabalho dos cuidados das mulheres foi um forte pilar de sustentação da ideologia da domesticidade e da teoria da separação das esferas pública e privada, elaboradas por diferentes enunciadores, especialmente a partir do século XVIII, como bem observaram escritoras e ensaístas críticas como as protofeministas inglesas Mary Astell (1666-1731) e Mary Wollstonecraft (1759-1797), entre outras.

Os jornais foram considerados o veículo perfeito para propagar esses discursos, uma vez que homens, na sua maioria médicos, escreviam colunas voltadas para as mulheres. Pautados na ciência, distribuíam conselhos e aterrorizavam as mães com uma consequência fatal por sua suposta negligência: a morte. Essa concepção autoritária e assimétrica é chamada de "pedagogia materna" e instituiu-se nos Estados Unidos e na Europa por meio da puericultura. Nela, a mãe é vista apenas como uma discípula do seu mestre, o médico, que, do alto de seu domínio técnico, dita regras sobre a vida das mulheres e dos filhos. O médico delimitou em linhas bem demarcadas o lugar do saber popular, sinônimo de subalternidade e ignorância, que deveria ser esquecido, pois eram práticas ultrapassadas (Martins, 2008, p. 143).

No jornal *A Notícia* de 1935, em Joinville, essa hierarquia é bastante evidente na matéria intitulada "Mulheres de ontem e de hoje", escrita por Peregrino Júnior, médico e jornalista. No texto, o autor aborda as mudanças na função social das mulheres, destacando que, na modernidade, elas estariam muito mais engajadas socialmente, longe do papel de peso morto para o marido e o Estado. Para Júnior, esses avanços foram possibilitados pela educação racional das mulheres, que deixaram de ser vistas como simples ignorantes para se tornarem mulheres bem instruídas.

O autor inicia o texto com a frase: "vai longe o tempo - Deus louvado! - em que o elogio da mulher, que era simples animal doméstico, sem função econômica e sem missão social. Cabia inteiro na incisiva concisão epitáfio romano: 'Foi honesta e fiou lã'" (Júnior, 1935, p. 1). Segundo ele, a mulher havia se emancipado, não mais confinada ao lar e ao ambiente doméstico. Mesmo quando permanecia nesse ambiente, o lar tornava-se um lugar importante, necessitando de uma mulher com habilidades que ultrapassavam a honestidade e as tarefas domésticas.

A mulher deixou de ser vista como peso morto ou simples dona de casa, passando a ser considerada uma peça fundamental para a manutenção da família e, assim, uma verdadeira companheira do homem na desafiadora tarefa de criar os filhos. Segundo Júnior (1935), a

mulher de ontem, que estava confinada ao lar não só fisicamente, mas intelectualmente, estava condenada à ignorância. No entanto, a modernidade retirou as mulheres dessa condição de "serva, integrou-a no seu verdadeiro lugar: transformou-a em companheira e colaboradora do homem" (Júnior, 1935, p. 1). Essa afirmação é relevante, sugerindo que as mulheres passaram a ocupar uma posição ao lado do homem em pés de igualdade. No entanto, é importante notar que isso ocorreu porque:

uma concepção liberal e científica da sociedade não podia mais admitir que as mulheres fossem consideradas inferiores aos homens, fazia-se necessário educá-las, não para estimular a competição entre os sexos, mas para que cada um pudesse desempenhar seus papéis de forma mais adequada aos tempos modernos (Martins, 2008, p. 141).

Assim, a sociedade moderna criou um espaço para que as mulheres assumissem um papel possível. No entanto, isso não as tornava companheiras dos homens, mas sim colaboradoras. Apesar da maternidade ter adquirido prestígio e valorização, ao homem ainda cabia o papel de provedor e dominador do espaço público, enquanto às mulheres era destinada à maternidade, que, mais do que valorizada, também era alvo de cobranças, críticas e coerções. Esse novo papel impunha a racionalidade masculina como a única maneira de salvar as mulheres da sua condição "natural" de ignorância.

Essa racionalidade masculina torna-se evidente quando Júnior, descreve a mulher de ontem:

casando-se era uma esposa afetuosa e delicada, mas inoperante: não dispunha de senso prático, nem de ciência doméstica para administrar a sua casa com clarividência economia e proveito. E caso tivesse filhos, sendo embora uma mãe extremosa e abnegada, era não raro nefasta, porque, ignorando as mais elementares noções de puericultura, não sabia proporcionar às crianças vida higiênica e educação adequada. Além do mais, sem nenhum contato com as realidades objetivas do mundo, ignorava o sentido econômico da vida. Era, por isso, incapaz de cooperar com o marido ou pai, e de educar os filhos, aos quais muitas vezes matava ou inutilizava, por mera ignorância, nos extremos nocivos de ternura e carinho, que foram sempre o apanágio e o orgulho das boas mães brasileiras (Júnior, 1935, p. 1).

A abnegação e o amor materno, antes considerados intrínsecos à figura da mulher, tornaram-se irrelevantes por si só, sendo vistos como refúgios para a ignorância, prejudiciais à criação dos filhos. Assim, para construir o lar, a mulher precisava seguir as normas científicas e, principalmente, ouvir os homens, pois as mulheres da época deveriam adotar a lógica masculina e a racionalidade médica, abandonando as tradições populares transmitidas

oralmente. Isso instaurou a culpabilização, que se incorporou à maternagem. A mãe cientista seguia os preceitos médicos por meio de manuais e jornais, como mencionado anteriormente. Temas como a alimentação e higiene da criança foram amplamente abordados para ensinar as mulheres a serem mães de maneira racional e, principalmente, burguesa, distante da realidade proletária.

A alimentação das crianças sempre foi uma das grandes preocupações dos puericultores. A amamentação, em particular, foi alvo de campanhas massivas para alertar as mães sobre a importância do leite materno na saúde do bebê. Durante muito tempo, nutrízes ou amas de leite eram usadas para esse fim, mas os médicos iniciaram uma grande cruzada contra essas práticas. No entanto, uma questão de classe persistia: as mulheres proletárias não tinham meios para amamentar devido à falta de tempo. Nesse sentido, o discurso puericultor, juntamente com as empresas de suplementos, veicularam a ideia de que o ideal seria a amamentação. Na falta dela, o suplemento seria o mais indicado. Por este motivo, as propagandas de suplementos em jornais eram bastante frequentes.

É fato que a substituição do leite materno sempre ocorreu, seja pelo leite de cabra ou pelo leite de vaca, mais bem aceito pelos médicos. Logo, esta prática não nasceu com as fórmulas lácteas. No entanto, o apoio por parte dos médicos a essa prática é um fato relevante, uma vez que a amamentação foi uma pauta importante para a puericultura. Esta aliança representa um marco significativo, pois, sem o respaldo do discurso médico aliado às propagandas, essas marcas possivelmente não teriam legitimidade para circular e serem adquiridas. Essas empresas atuaram por "quatro principais caminhos: trabalhar junto aos governantes, trabalhar via setores comerciais de distribuição e vendas, fazê-lo pelo sistema de saúde ou pelos meios de comunicação de massa" (Rea, 1990, p. 244). Ou seja, além de terem a chancela do estado possuíam também o aval do corpo médico brasileiro.

As propagandas veiculadas nos jornais podiam aparecer de maneira direta, com frases impactantes, ou de maneiras mais sutis, camufladas em meio a textos sobre higiene e alimentação. Apenas no final, mencionavam a marca mais apropriada para o bem-estar da criança, contando assim com a legitimidade médica, vozes autorizadas a indicar a melhor alimentação para um bebê saudável e forte.

O jornal *A notícia*, além do texto de Peregrino Júnior, traz alguns exemplos dessas propagandas na coluna "Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças" em que aborda os problemas relativos à alimentação infantil, fazendo apologia ao uso de leites artificiais, especialmente da Nestlé. Como é o caso do texto "Os grandes perigos para a infância" de 1936, onde é discutida a importância de uma alimentação correta e, sobretudo, do cuidado nos primeiros sinais de algum distúrbio alimentar. Esse cuidado só seria possível a partir dos preceitos puericultores, pois:

Desse modo, quando mãe, ela não entrará nesse sagrado mister às cegas, pondo em risco a vida de seus filhinhos, com as práticas condenáveis que sempre ensinam as vizinhas comadres sabidas: mas contribuirá para o

melhoramento da raça e felicidade do seu lar. (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: os grandes perigos para a infância, 1936, p. 2).

A puericultura afasta as mães da ignorância e dos "conselhos de comadre", considerados perigosos e prejudiciais a vida das crianças, ao mesmo tempo que as confina no lar, no qual apenas o médico pode interferir, tentando retirar as redes de apoio que essas mães tinham em suas famílias e comunidades. Segundo o texto, a mulher não deveria resolver tudo no confinamento do lar, ou seja, ela deveria apelar para o especialista, essa prática garantiria que a mulher pudesse "intervir eficazmente, senão em todos os casos, pelo menos na maioria e nos outros, permitem a espera do especialista, sem grande risco para a criança" (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: os grandes perigos para a infância, 1936, p. 2). Deste modo, as mulheres não resolveriam todos os problemas do lar, mas elas agiriam da melhor maneira para aguardar o especialista, ou seja, os "conselhos de comadre", na maioria das vezes, visavam resolver os problemas de maneira autônoma, sem a necessidade de um especialista, por isso eram considerados nocivos, uma vez que a mulher deveria aguardar de maneira passiva o médico, atuando apenas para contornar a situação, já que não era capaz de resolvê-la autonomamente.

Por fim, o texto destaca um novo precursor do discurso puericultor: os fabricantes de leite destinados às crianças, especialmente a Nestlé, "Que dedica uma forte soma anualmente para as publicações de fundo científico e de ensinamentos às mães. Nas próprias latas dos seus leites, a mãe encontra sempre ensinamentos que muito auxiliam no momento de aflição" (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação artificial do lactente, 1936, p. 2). Assim, não apenas os médicos estavam autorizados a adentrar o lar, mas as fórmulas lácteas também, atuando principalmente como auxílio às mães. O discurso médico promoveu o leite infantil, alinhou os preceitos puericultores para que estes corroborassem na difusão desses produtos, abrindo um vasto mercado para essas fórmulas. Em resumo, inicia-se a "perversa história da promoção comercial de produtos tidos como substitutos do leite materno" (Rea, 1990, p. 243).

A amamentação natural foi amplamente difundida pelo discurso puericultor, tornando a inserção do leite artificial uma tarefa difícil. Foi um processo que demandou das empresas o incentivo à ciência e a reconciliação entre médicos e as fórmulas artificiais, como evidenciado na coluna "Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças". Nessa publicação, estabeleceu-se um vínculo entre médicos e o leite artificial, buscando demonstrar que a amamentação não era possível em todos os casos. "A alimentação artificial do lactente" de 1936, ilustra a necessidade de legitimar as novas fórmulas alimentícias diante de inúmeros fatores que poderiam impedir a amamentação, justificando assim o uso das fórmulas lácteas.

As crianças estavam expostas a diversos perigos, principalmente devido à falta de leite materno. Mesmo os bebês alimentados com leite materno estavam em risco, já que "é frequente o leite escassear ou faltar definitivamente, após os primeiros meses de lactação".

Além disso, havia ameaça de contaminação provenientes das vacas que forneciam "um leite altamente prejudicial, em caso de moléstia desta, o que só um especialista poderá verificar" (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação artificial do lactente, 1936, p. 2).

Portanto, manter uma alimentação nutritiva e saudável era bastante difícil, seja por questões naturais ou financeiras, impedindo uma ordenha higiênica e a compra dos caríssimos leites em pó. Assim, só "Resta-lhes, no entanto, um dos melhores leites, que embora tendo sofrido uma campanha injusta, por parte dos pediatras, durante algum tempo, acha se hoje inteiramente reabilitado, graças às suas ótimas qualidades" (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação artificial do lactente, 1936, p. 2). Tratava-se do leite condensado açucarado da Nestlé, que, segundo o texto, era responsável pela salvação de diversas crianças da desnutrição. De maneira gradual e sutil, essa propaganda visava as mulheres mais empobrecidas, impossibilitadas de nutrir seus filhos devido a sua realidade. Oferecia como solução uma alternativa supostamente racional e, principalmente, acessível: o leite condensado.

O leite condensado ganhou popularidade a partir da metade do século XIX, especialmente nas classes mais baixas devido às propagandas e aos preços atrativos. No entanto, em 1872, as advertências sobre o uso do condensado começaram a circular devido à falta de gordura no leite, o que não proporcionava um desenvolvimento saudável para as crianças, resultando na obrigação do uso da palavra "Desnatado" em todos os rótulos (Rea, 1990, p. 242). Apesar da falta de garantia de saúde e nutrição efetiva, as empresas continuaram a promover o produto com respaldo médico. Com essa estratégia, organizações como a Nestlé buscaram atingir a população mais empobrecida, desencorajando práticas cotidianas que, em termos nutritivos, não estavam tão distantes do leite condensado açucarado.

A urgência em legitimar o leite condensado é evidente no texto "A alimentação do bebê" de 1937, que procura destacar os benefícios do uso do leite condensado na alimentação das crianças, ao mesmo tempo em que desacredita o leite de vaca e destaca as dificuldades de acesso a leites certificados. Dado que a certificação não garantia qualidade, pois "o leite ótimo para a alimentação da criança, deverá, por lei, conter, no máximo, 10.000 bactérias por metro cúbico, pois os leites fabricados pela Nestlé têm em média, na sua composição apenas 4.000 bactérias, na mesma porção" (Notas sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação do bebê, 1937, p. 2). Assim, a Nestlé ia além da certificação, pois mantinha os padrões higiênicos de um leite em pó, mas com preços mais acessíveis. Na busca da legitimação, evocava a sua popularidade:

Haverá por acaso alguém, que já não tenha ouvido um conhecido dizer, que o seu filho foi criado com leite condensado da Nestlé? [...] isto prova não só a difusão, como também, e principalmente a sua ótima qualidade e inteira garantia que oferece à criança que com ele se alimenta (Notas sobre nutrição

e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação do bebê, 1937, p. 2).

O leite condensado passou por críticas e até mesmo pela não recomendação. No entanto, a Nestlé aliou-se ao discurso puericultor para alcançar as mães mais pobres e vender seus produtos, especialmente por meio da demonização de outros tipos de leite e, conseqüentemente, de práticas populares. A empresa difundiu seus produtos e, graças à imprensa, adentrou no núcleo familiar, bem como a puericultura. Não apenas as empresas lácteas alinharam-se a esse discurso, mas até mesmo a Igreja Católica aderiu ao saber médico, utilizando-o para incentivar a maternidade.

O jornal *O Apóstolo* foi o precursor do discurso católico em Santa Catarina e buscava propagar "as 'corretas' formas de conduta, assim como, definindo as representações dos papéis a serem desempenhados pelos fiéis católicos dentro dessa sociedade, que, segundo os clérigos, encontrava-se a beira do caos relacional promovido pela modernização de costumes" (Ribas, 2011, p. 96). Temas como mulheres e família eram privilegiados, e apesar das críticas a preceitos modernos, o jornal alinhou o discurso puericultor ao discurso religioso, divulgando o ensino da puericultura e a importância da higiene. No entanto, o precursor dessas discussões não era um médico, mas sim um padre que também, de maneira hierárquica, direcionava as fiéis à tutela médica.

"A educação sanitária das mães" é uma matéria do jornal em questão, que destaca a importância da educação sanitária para a higiene, sobretudo para as meninas, que aprendem mais "em cursos especiais, higiene do lar e sobretudo puericultura, enfim de melhor se conduzirem quando mães" (A educação sanitária das mães, 1940, p. 2). O que faz toda a diferença na criação de filhos saudáveis, tanto fisicamente quanto moralmente. Apesar da melhoria na saúde das crianças graças aos médicos, ainda há um longo caminho a percorrer, no qual as normas de higiene precisam "difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis, e de palestras feitas por enfermeiras visitantes" (A educação sanitária das mães, 1940, p. 2).

Apesar de ser um jornal religioso, o discurso médico foi amplamente difundido e venerado como uma forma de proteger as crianças de doenças e da imoralidade. Em seus artigos, é sobre as mães que recai a responsabilidade de gerir este filho da melhor maneira possível, cuidando desde a higiene até a sua alimentação. Para obter sucesso nessa empreitada, as mães são orientadas a buscar auxílio nos livros e escritos médicos. Esses livros, também chamados de manuais médicos, desempenharam um papel fundamental na difusão das ideias médicas.

Ensinavam de forma simplificada os conhecimentos atualizados da puericultura e da pediatria, mas seu objetivo principal era ensinar as práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças, transformando ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação do mingau ou 'sopinha' em tarefas complexas, desdobradas em múltiplos movimentos e informações.

(Martins, 2008, p. 145).

Sendo assim, ao sugerir a leitura de escritos médicos, estava se referindo aos manuais de cuidados infantis. Entretanto, muitas mulheres não tinham acesso a essas leituras, seja pela falta de recursos financeiros, pela intensa jornada de trabalho ou mesmo pelo analfabetismo, que nos anos de 1940, segundo dados do IBGE analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Beltrão, 2003), informa que a taxa de mulheres alfabetizadas era de 32,72% no país, enquanto os homens compreendiam a 41,12% de alfabetizados. O fato é que o alcance desses impressos era restrito a uma pequena parcela de mulheres. Portanto, incentivavam-se palestras e visitas, medidas para atingir as mulheres restantes, especialmente as mulheres empobrecidas e proletárias. Dessa forma, os postos de puericultura desempenharam um papel crucial na disseminação do discurso médico na prática e, principalmente, alcançaram espaços que os manuais não poderiam chegar.

A preocupação com a difusão dos ensinamentos puericultores é evidente no texto "As mães devem saber" de 1937. Segundo a reportagem, a mortalidade infantil cairia apenas quando a puericultura fosse conhecida pelas mães. A alimentação, especialmente a amamentação, é destacada como uma pauta importante, pois "um dos preceitos mais elementares, que se deve tornar bem difundido, é o de que as crianças alimentadas ao seio raramente adoecem, são mais fortes e sadias" (As mães devem saber, 1937, p. 3). Questões como o horário e as doses de cada alimento são abordadas, e as mães que não conheciam essas práticas são orientadas a "procurar um posto de higiene infantil ou um médico especialista para receber as instruções" (As mães devem saber, 1937, p. 3). Dessa forma, as mulheres deveriam ter conhecimento dos preceitos considerados básicos para a criação de um filho e só aprenderiam essas práticas em lugares especializados.

Textos como os citados anteriormente contribuem para a disseminação de práticas médicas no meio religioso, uma vez que as leituras eram destinadas a mulheres católicas. No entanto, *O apóstolo* não estava somente formando mães atentas aos preceitos puericultores, estava também capacitando profissionais para atuar na área. Isso é evidenciado em duas reportagens "Duas enfermeiras obstétricas diplomadas" e "Duas das nossas", ambas de 1941. Nos textos, é destacado com louvor as congressistas que se formaram como enfermeiras e agora poderiam exercer a profissão. As fiéis também estavam aderindo à vida pública por meio das supostas vocações femininas, ou seja, ocuparam novos espaços apoiadas pelo discurso religioso.

Mais do que simples receptoras do discurso médico, essas mulheres resistiram e usaram do próprio discurso para adentrar ao mercado de trabalho. No entanto, essas resistências nem sempre foram rupturas bruscas, muitas vezes, eram fissuras dentro da grande estrutura patriarcal. Em *O Apóstolo*, isso fica exemplificado nos discursos temerosos dos conservadores, como é o caso dos textos do Padre Ascânio Brandão, em que o clérigo faz críticas ferrenhas à modernidade e, sobretudo, às mulheres. Isso demonstra que, ao se alinhar ao discurso puericultor, a igreja esperava das mulheres o compromisso com a procriação.

No texto "Filhos e cães", o religioso aponta que a modernidade concedeu um lugar às crianças, posto que "Festejam-se dias da criança, semana da criança, congresso da criança". No entanto "nunca se detestou e se quis afastar a criança do mundo como hoje" (Brandão, 1940, p. 4). Isto é, apesar de se comemorar a criança e representá-la como um bem para o futuro da nação, a infância era ainda negligenciada. E esta culpa se dava, supostamente, por conta da futilidade feminina, já que "as mãezinhas elegantes, bonecas de salão, mimosas sensitivas de estufa, não querem mais filhos" (Brandão, 1940, p. 4). Em outras palavras, as mulheres estavam optando por não ter filhos,¹ desafiando o discurso conservador. No entanto, é importante ressaltar que essa crítica estava direcionada especificamente às mulheres ricas, como indicado pela afirmação: "As mesdames (sic) burguesas não querem filhos" (*Idem*).

Completa falando do uso de métodos anticoncepcionais:

E o assassinato no seio materno, o aborto cruel, as práticas anti-concepcionistas (sic) progridem assustadoramente. Ameaçam a pátria destroem os lares, banalizam a vida conjugal, fazem da mulher uma boneca, uma borboleta, um tipo leviano e ridículo que nem merece o nome de esposa, muito menos o de mãe e de mulher no sentido nobilíssimo da palavra (Brandão, 1940, p. 4)

O Padre Ascânio Brandão, ao concluir o texto, reforça a visão conservadora sobre o papel da mulher burguesa na sociedade. Segundo o autor as mulheres preferiam "cachorrinhos lúls e bull-dogs. Não passariam a noite à cabeceira de um filhinho enfermo" A comparação entre cuidar de cachorrinhos e lidar com um filho doente destaca a percepção de que essas mulheres estariam negligenciando suas responsabilidades maternas. Ao advertir, "É fim do mundo ou o começo de outro mundo, minha gente?" (Brandão, 1940, p. 4), enfatiza uma mudança nos padrões de comportamento feminino, ou seja, essas mulheres estavam longe de serem mães abnegadas, e por isso a demonização, uma vez que a mulher é tida como predestinada à maternidade, ao não se concretizar vem a percepção de que há algo errado.

Diversos textos do Padre Brandão abordam o mesmo tema: a futilidade das mulheres e a culpabilização feminina, como no texto "Uma lição para o Brasil" (1946), no qual novamente destaca a problemática dos filhos, enfatizando que "As mamãezinhas elegantes de hoje só querem um filhinho!" (Brandão, 1946, p. 4). Se entregando aos jogos e bares essas mulheres

1 Vale destacar que na década de 1940, os métodos contraceptivos eram e ainda são muito influenciados pela classe social. Uma vez que a moral rígida e forte influência religiosa, geravam fortes estigmas sobre o controle de natalidade, principalmente nos países ocidentais. Dessa forma, as classes mais empobrecidas, sem acesso a opções eficazes, recorriam a métodos como o coito interrompido e a tabelinha, que nem sempre funcionavam. Já as classes mais abastadas, com mais acesso a médicos e informações, poderiam utilizar preservativos e diafragmas, embora esses métodos ainda fossem pouco difundidos.

supostamente haviam perdido a feminilidade e portanto [...] os nomes de mulher e mãe são muito nobres para que os mereçam estes seres inúteis e levianos que fogem à mais nobre missão da esposa: -dar filhos à pátria e a Deus!" (Brandão, 1946, p. 4). Observa-se que dar filhos não era mais somente uma questão religiosa, naquele momento, os filhos eram primeiramente da pátria e, posteriormente, de Deus. Portanto, as mulheres não estavam apenas pecando contra os mandamentos, mas também arruinando toda a nação. Segundo Brandão (1948), a crise da nação estava amplamente ligada à crise das esposas e mães que optavam por ter poucos filhos, condenando a nação à miséria. Para ele, a salvação da nação estava nas famílias numerosas, encontradas no sul do Brasil.

Encantou-me, edificou-me nesta primeira viagem ao sul do Brasil, ver o espetáculo belo das famílias numerosas. Não é raro, em Santa Catarina, mães de dez, quinze e mais filhos! E todos sadios, alegres, felizes. Lares de pobres trabalhadores do campo, ricos de filhos! crianças numerosas a encher ruas, praças e campos, gente boa, sadia; mães robustas com... quinze filhos! (Brandão, 1946, p. 4)

A crise das mães e esposas, segundo o padre, ocorria devido ao novo papel ocupado pelas mulheres na sociedade. Elas estavam saindo do confinamento do lar e abandonando sua verdadeira função, ser mãe, em prol da libertinagem. Brandão evoca um ditado popular que supostamente explica essa situação:

A galinha e a mulher
Não deviam passear
A galinha bicho come
A mulher da que falar.
(Brandão, 1948, p. 4)

Isto é, a mulher deveria estar confinada no lar para melhor servir a nação e a Deus de maneira eficiente e abnegada, aliada à puericultura que concedia as ferramentas para a criação de filhos e, conseqüentemente, o sucesso na reprodução, sem nenhum prejuízo ao Estado.

A culpabilização das mulheres que escolhiam não ter filhos se baseava a partir do ideal católico de que a mulher nasceu predestinada a ser mãe, o que, de certo modo, correspondia ao discurso puericultor. Talvez a revolta do P. Brandão fosse motivada pelo fato de que, apesar dos avanços na medicina e na puericultura, as mulheres ainda se recusavam a ter filhos, representando um risco para a nação, já que seriam as responsáveis a fornecer mão de obra e novos fiéis à igreja. O texto evidencia um temor real, indicando que as mulheres estavam resistindo e optando por não terem filhos. Isso sugere que, apesar do discurso puericultor, havia resistência e ressignificações, mostrando que não se tratava de um discurso definitivo.

As mulheres não estavam simplesmente absorvendo o discurso sem qualquer

resistência, pelo contrário, elas resistiam a esse discurso e, por vezes, adotavam atitudes opostas, como a preferência por animais domésticos ao invés de filhos. Contrariando tanto a lógica da igreja quanto a da medicina, que visavam a reprodução e ao bem econômico da nação, essa subversão era dupla. As mulheres não se limitaram a serem mães abnegadas e seguidoras fiéis de médicos, foram agentes históricos do processo de consolidação da puericultura. Apesar de ter se tornado hegemônica, enfrentou embates e resistências, e em alguns casos teve que recuar em seus discursos, como no caso da amamentação. Dessa forma, longe de passivas e simples vítimas do discurso médico, as mulheres sofreram coerções, mas também atuaram para contornar normas e ressignificar discursos.

Conclusão

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar o caráter intencional e político da puericultura, destacando sua ampla divulgação por meio de manuais, políticas públicas e, principalmente, pela imprensa catarinense. Além disso, busca evidenciar seu alinhamento ao discurso religioso. A imprensa, como um meio crucial para a divulgação da puericultura, desempenhou um papel fundamental na formação de mães "cientistas", ou seja, mães abnegadas e devotas seguidoras do discurso médico. Dessa forma, demonizou outras possibilidades de maternidade, instaurando a realidade burguesa como a única aceitável. Contudo, as mulheres atuaram ativamente, resistiram e usufruíram desse discurso que elevou a maternidade a um dever patriótico, como nos movimentos maternalistas. Portanto, as mulheres não foram simples receptoras passivas dessas práticas, interferiram de maneira direta na relação médico e mãe.

A busca dos Estados nacionais pela construção de uma identidade nacional e coesa levou a puericultura a servir a esses ideais, transformando a infância no futuro da nação e em um ativo econômico. Nesse contexto, recaiu sobre as mães a responsabilidade de criar cidadãos saudáveis para a pátria, transformando a maternidade em um dever sublime da mulher e conferindo à vida doméstica uma função de alcance nacional. Assim, tanto os médicos quanto as mães experimentaram mudanças em suas posições sociais. As mães passaram a ter destaque influenciando diretamente na vida política e econômica do país. Esse processo apresenta duas faces: uma de opressão e silenciamento dos saberes populares e da tradição oral, e outra de conquista de espaço na vida pública pelas mulheres, que reivindicaram esse espaço a partir dos discursos que enaltecem a maternidade.

As mulheres de classe média aproveitaram-se dessa dualidade do movimento para ingressar na vida pública, inicialmente por meio da filantropia e, posteriormente, por meio da assistência estatal. Embora tenham desempenhado o trabalho de cuidados, ocuparam espaços nunca experimentados e, como resultado, entraram na esfera pública. No entanto, as mulheres pobres sofreram a influência deste discurso na prática, que de maneira coercitiva demonizou práticas tradicionais transmitidas oralmente de mães para filhas. Além disso,

fizeram com que as mulheres internalizassem a culpa, seja por não conseguirem se dedicar exclusivamente aos filhos, seja por não terem recursos para alimentá-los adequadamente. O fato é que essas mulheres foram arbitrariamente forçadas a se adequar a esse discurso que se tornou hegemônico.

O discurso presente nos periódicos analisados revelou a presença do discurso puericultor no jornal e, principalmente, a intenção de disseminar métodos de higiene que as mães deveriam aprender por meio dos cursos de puericultura. Observou-se a preocupação em difundir esses preceitos nas classes menos abastadas, implementando políticas práticas nos postos de puericultura, uma vez que os manuais eram destinados a uma pequena parcela de mulheres letradas da classe média. Dessa forma, podemos destacar o alinhamento entre discurso puericultor e a religião. O primeiro começou a ser difundido por jornais religiosos, pois a puericultura buscava criar crianças saudáveis, compactuando com dogmas católicos sobre a maternidade. Por fim, analisamos a resistência das mulheres de classe média alta por meio da utilização de métodos contraceptivos, duramente criticados, já que a puericultura deveria garantir a maternidade, considerando a escolha de não ter filhos como um ultraje.

A análise histórica desses discursos é fundamental para compreender como envolveram e ainda envolvem a maternidade, especialmente na construção do ideal de mãe moderna e na atribuição de culpa às mulheres. Além disso, esses discursos possibilitaram avanços nos setores públicos com a atuação das mulheres no campo assistencial. Somente por meio dessa análise é possível compreender o caráter construtivo do ideal de maternidade, abrindo espaço para pensar outras possibilidades de maternar. Embora o discurso da puericultura tenha contribuído efetivamente para a redução da mortalidade infantil, destacar seu caráter intencional não diminui a importância desse avanço. No entanto, levanta questionamentos sobre discurso e prática, evidenciando a voz de sujeitos que foram silenciados e considerados meros receptores dessas normatizações. Essa reflexão é fundamental para uma compreensão mais ampla e crítica da maternidade e das práticas de cuidado infantil.

Referências

Documentos Impressos

A EDUCAÇÃO sanitária das mães. *O apóstolo: Orgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano VIII, n. 160, 15 fev. 1940, p. 2.

AS MÃES devem saber. *O apóstolo: Orgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*,

Florianópolis, ano VIII, n. 162, 15 mar. 1937, p. 3.

BRANDÃO, Ascânio. Esposas e mães modernas. *O apóstolo: Órgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano XX, n. 441, 1º nov. 1948, p. 4.

BRANDÃO, Ascânio. Filhos e cães. *O apóstolo: Órgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano XI, n. 232, 15 fev. 1940, p. 4.

BRANDÃO, Ascânio. Uma lição para o Brasil. *O apóstolo: Órgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano XVII, n. 375, 1º fev. 1946, p. 4.

DUAS das nossas. *O apóstolo: Órgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano XII, n. 253, 1º jan. 1941, p. 2.

DUAS enfermeiras obstétricas diplomadas. *O apóstolo: Órgão da congregação Mariana nossa senhora do Desterro*, Florianópolis, ano XIII, n. 273, 1º nov. 1941, p. 2.

JUNIOR, Peregrino. Mulheres de ontem e de hoje. *A notícia*, Joinville (SC), ano XIII, n. 1906, 10 jan. 1935, p. 1.

NOTAS sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação artificial do lactente. *A notícia*, Joinville (SC), ano XV, n. 2.417, 18 out. 1936, p. 2.

NOTAS sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: a alimentação do bebê. *A notícia*, Joinville (SC), ano XVI, n. 2.477, 3 jan. 1937, p. 2.

NOTAS sobre nutrição e distúrbios nutritivos das crianças: os grandes perigos para a infância. *A notícia*, Joinville (SC), ano XV, n. 2.472, 27 dez. 1936, p. 2.

Bibliografia

ARAS, L. M. B. de; MARINHO, S. R. A Imprensa Feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). *História*, Rio Grande, p. 96-115, 2012.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Alfabetização por sexo e raça no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, n.1003, p. 1-50, 2003.

BLOCH, March. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONILHA, Luís Roberto de Castro Martins. *Puericultura: Olhares e discursos no tempo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Pediatria, Saúde da Criança e do Adolescente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004.

BUITONI, Dulcília. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 4, p. 37-47, 1995.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p. 135-154, jan.-mar. 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Faces femininas do conservadorismo: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX*. Teresina: Cancioneiro, 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *História*, Rio Grande, v. 3, n. 2, p. 125-142, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REA, Marina Ferreira. Substitutos do leite materno: Passado e presente. *Saúde Pública*, São Paulo, v. 3, n. 24, p. 241-249, 1990.

RIBAS, Ana Claudia. A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal *O apóstolo* (1929-1959). *Espaço Plural*, Paraná, n. 24, p. 96-106, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v.19, n. 37, p. 103-124, 1999.